

FATORES ASSOCIADOS AO MAU ARMAZENAMENTO DE MEDICAMENTOS ENTRE OS IDOSOS: UMA REVISÃO

Francisco Akison Leite¹, Alana Gonçalves Xavier²;

¹ Acadêmico de Enfermagem/Graduando, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB -, Unidade de Campina Grande, CEP 58.429-500, Bairro Universitário, Paraíba, Brasil; aksonleite123@gmail.com,

² Enfermeira, Mestranda em Saúde Pública e Docente do Departamento de Enfermagem, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Unidade de Campina Grande, CEP 58.429-500, Bairro Universitário, Paraíba, Brasil; alanaxavierr@gmail.com

RESUMO

A prática do acondicionamento de medicamentos em domicílio é frequente, principalmente em se tratando da população idosa, portadora de doenças crônico-degenerativas. Sabendo que a qualidade adequada para o uso está diretamente relacionada à manutenção de sua estabilidade em relação às suas condições de armazenamento e manuseio, os idosos são os principais consumidores, e os maiores beneficiários da farmacoterapia moderna. O objetivo desse estudo foi identificar evidências ressaltando que o armazenamento inadequado de medicamentos pode acarretar na ineficácia terapêutica e trazer riscos aos indivíduos. A pesquisa constituiu-se de uma revisão da literatura, na qual foi realizada uma análise de artigos científicos indexados no acervo das bibliotecas virtuais PubMed, LILACS, SciELO, BDNF e HomeoIndex. A partir dos critérios de inclusão pré-estabelecidos, a amostra final foi composta por 7 (sete) artigos. Observou-se a necessidade de armazená-los em locais adequados evitando o risco de exposição a produtos degradados ou contaminados, bem como, conservar o medicamento e mantê-lo em condições satisfatórias para a manutenção de sua estabilidade e integridade durante o período de vida útil (validade). Os medicamentos ocupam a primeira posição entre os três principais agentes causadores de intoxicações em seres humanos, em 2007 foram responsáveis por 30,3% dos casos registrados no Brasil. É preciso seguir os cuidados contidos na bula acerca da conservação do produto ao abrigo da luz, calor e umidade. Logo, o armazenamento inadequado leva ao comprometimento da qualidade dos medicamentos, favorecendo a degradação dos princípios ativos, diminuindo sua eficácia levando ao desenvolvimento de reações adversas e intoxicações.

Palavras-chave: Armazenamento de Medicamentos, Habitação, Idoso, Assistência Integral à Saúde.

INTRODUÇÃO

A assistência farmacêutica vem se estabelecendo enquanto um campo crescente de estudos. Mundialmente, as pesquisas atentam para o fenômeno da facilidade na distribuição dos medicamentos e que é necessário avaliar suas particularidades (CASTRO, 2012). Ademais, a essa modalidade de assistência é posta como sinônimo de cura e/ou de saúde (BARROS 2008; LIMA; NUNES; BARROS, 2010). Diante desse cenário, tem-se investido em programas com o objetivo de reduzir o

desperdício e o uso irracional de fármacos, juntamente com apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS) e medidas regulatórias visando à promoção do seu uso racional (TOURINHO et al., 2008).

No Brasil, a Portaria GM 3916/1998 regulamenta o uso de medicações, esta consolidou as diretrizes do SUS, a Política Nacional de Medicamentos, no que concerne à segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, com o objetivo de implementar, no âmbito das três esferas de gestão do SUS, todas as atividades a Atenção Farmacêutica, a Relação de Medicamentos Essenciais (RENAME) e a Organização das Atividades de Vigilância Sanitária em relação a fármacos visando implementar o acesso da população aos medicamentos essenciais.

O Ministério da Saúde recomenda que o tempo sugerido para uma consulta adequadamente realizada seja de 15 minutos, nesse sentido, a consulta com menor duração pode significar baixa qualidade do atendimento (OENNING; OLIVEIRA; BLATT, 2011), contribuindo para o aumento da prática da automedicação e da guarda de medicamentos em domicílio (LIMA; NUNES; BARROS, 2010). Tendo em vista que durante consulta o usuário pode priorizar as informações recebidas sobre a doença e o diagnóstico, prestando menor atenção às informações sobre o medicamento prescrito e como armazená-lo (SILVA et al., 2000). Logo, o uso indiscriminado ou mesmo o mau uso de medicamentos pode levar ao agravamento do estado de saúde do usuário, intoxicações ou, até mesmo à morte (BARROS 2008; LIMA, NUNES, BARROS, 2010).

O uso racional de um medicamento começa pela qualidade do produto que se está administrando, incluindo a indicação adequada e a posologia ideal que considera as características individuais dos usuários (LIMA; NUNES; BARROS, 2010; MASTROIANNI, 2011). Medicações sem prescrição do profissional habilitado (médicos, enfermeiros, odontólogos, entre outros) podem ser úteis no alívio de pequenos sintomas ou incômodos, tais como: dores de cabeça, dores de dente, entre outros (LIMA, 2010; CASTRO, 2012). Todavia, o fato de serem adquiridos sem receita não é sinônimo de estarem livres de perigo. Se boa parte dessas substâncias foi adquirida sem o aconselhamento do profissional, o uso excessivo e indevido pode mascarar problemas mais sérios (ABRANTES et al., 2007).

Algumas famílias mantêm em estoque produtos classificáveis como “básicos”, e outras acumulam um verdadeiro “arsenal terapêutico” aumentando os riscos de intoxicações por ingestão indevida, troca de medicamentos, confusão em relação à indicação, etc. O número de itens em reserva deve ser mínimo, para evitar o desperdício e facilitar o manejo (TOURINHO et al., 2008).

No que diz respeito ao armazenamento doméstico, alguns autores consideram que os medicamentos pertencentes ao estoque são aqueles que não fazem parte de uma terapia vigente

(CASTRO, 2012). Outros consideram que o estoque é composto por todos os fármacos que estiverem sendo mantidos em casa, (SCHENKEL et al., 2005). No entanto, para esse estudo, será adotado o conceito de Lima et al. (2010) que considera que o estoque é composto por todos os medicamentos que estiverem sendo condicionados em domicílio (SCHENKEL et al., 2005).

Conservar medicamento significa mantê-lo em condições satisfatórias para a manutenção de sua estabilidade e integridade durante o período de vida útil. Alguns possuem prazo de validade menor após a embalagem ser aberta (BRASIL, 2005). Além do prazo de validade, é necessário observar o aspecto da medicação antes de sua utilização (PIVETA et al., 2015), de modo a evitar intoxicações medicamentosas (MASTROIANNI, 2011).

Os idosos são os principais consumidores, e os maiores beneficiários da farmacoterapia moderna. Também são passíveis de acometimento simultâneo de disfunções em diferentes órgãos ou sistemas e, portanto, candidatos ao “multiuso” (ROZENFELD, 2003) e o uso inapropriado de medicamentos por idosos tem se tornado um problema, tanto do ponto de vista humanístico quanto econômico (TEIXEIRA; LEFÈVRE, 2001).

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), os medicamentos ocupam a primeira posição entre os três principais agentes causadores de intoxicações em seres humanos desde 1996, sendo que, em 2007, foram responsáveis por 30,3% dos casos registrados no Brasil. Nesse contexto, sabe-se que o uso inadequado de medicamentos onera os serviços de saúde com atendimentos, internações e óbitos (BORTOLON et al., apud LIMA, 2013). Em 2009, segundo a OMS, mais de 50% de todos os medicamentos são incorretamente prescritos, dispensados e vendidos; e mais da metade dos pacientes que os utilizam o fazem incorretamente (BRASIL, 2009).

No domicílio, um dos problemas capaz de trazer sérias consequências relacionadas ao armazenamento diz respeito aos erros associados à semelhança de nomes e embalagens (LIMA et al., 2000; MASTROIANNI, 2011). No mercado brasileiro, tem-se admitido a similitude de embalagens e rótulos, que são quase confundíveis. A existência desse problema ainda não tem sensibilizado a indústria brasileira de fármacos (CASSIANI, 2005). Para segurança dos idosos, sempre que possível, evitar a aquisição de especialidades farmacêuticas com aparências semelhantes (MERINO, 2003). Visto que esse público geralmente pode apresentar confusão com as medicações de características congêneres e embalagens similares (MASTROIANNI, 2011).

Desta forma, as pessoas idosas que seguem um esquema medicamentoso prolongado e complexo necessitam ter as informações sobre como realizar a estocagem correta. Segundo a OMS,

se não forem seguidas às recomendações de armazenamento informado pelo fabricante, o medicamento pode tornar-se ineficaz ou trazer consequências graves à saúde do usuário se ingerido de forma errada (WHO, 2004).

Diante desta temática, justifica-se a necessidade com a preocupação de buscar informações sobre a formação dos estoques domiciliares, as condições de armazenamento dos medicamentos, abrangendo as questões de acessibilidade por idosos, exposição à luz, umidade e temperatura elevadas, realizando a identificação das potenciais situações de risco para o uso de medicamentos que contribuam para alterações nos fármacos, resultando em problemas na farmacoterapia. Integrando as questões como: local, exposição à luz, temperatura, prazo de validade, bula e presença de embalagens promovendo um melhor cuidado ao idoso.

METODOLOGIA

Com a finalidade de fornecer substrato teórico para a discussão do tema “Fatores associados ao mau armazenamento de medicamentos entre os idosos: uma revisão”, foi realizada uma revisão literária, verificando dados referente ao assunto em questão. Dessa forma, objetivou-se a identificação das bases de dados, a definição das palavras-chave, a construção das sentenças de busca e a realização da busca propriamente dita. As fontes de informação e de pesquisa compreenderam as bibliotecas virtuais.

A pesquisa foi realizada em bases eletrônicas de dados, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), LILACS, HomeoIndex, BDENF e PubMed, busca manual em periódicos brasileiros e busca específica por autores. Utilizado os descritores: “Armazenamento de Medicamentos”, “Idoso”, “Assistência Integral à Saúde”, delimitando a busca ao tema proposto.

Uma análise inicial foi realizada com base nos resumos de todos os artigos que preenchiam os critérios de inclusão, que abordassem a condição do armazenamento e cuidados ao estoque. Após análise dos resumos, todos os artigos selecionados foram obtidos na íntegra e posteriormente examinados.

Os critérios de inclusão estabelecidos para a seleção dos trabalhos científicos, foram trabalhos que abordassem “Os cuidados com o armazenamento de medicamentos e a relação entre o armazenamento inadequado e comprometimento da qualidade e da efetividade dos medicamentos”, publicados no período de 2008 até o primeiro semestre de 2018, pela priorização de dados atualizados, além de, trabalhos com abordagem sobre os serviços oferecidos na unidade de saúde, com enfoque em idosos. Os estudos selecionados tiveram suas referências revisadas e analisadas, para avaliar a

presença de algum estudo que foi publicado no período de tempo selecionado, e que por ventura não foi aglutinado inicialmente na revisão.

Identificaram-se a partir das buscas nas bases de dados, 41 trabalhos, tendo sido a maior proporção encontrada na base PubMed (68,3 %, n=28), seguida pela base LILACS (12,2 %, n=5) posteriormente SCIELO (7,3 %, n=3) igualmente na base BDENF (7,3 %, n=3) e por último HomeoIndex (4,9 %, n=2). Após a leitura destes trabalhos, apenas 4 atenderam aos critérios de seleção para a temática em questão. Os dados foram coletados entre o meses de fevereiro a maio do ano 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, ainda que o acesso a serviços de saúde seja universal e gratuito, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015 mostraram que idosos, assim como adultos de baixa renda, apresentavam piores indicadores das condições de saúde, procuravam menos os serviços de saúde e consultavam um médico com menos frequência do que aqueles com melhor condição socioeconômica (IBGE, PNAD, 2015).

Os idosos estão mais propensos a ter problemas relacionados ao uso do medicamento, tais como erros de dosagem, troca de medicamentos, duplicidade de princípios ativos, interações, reações adversas e intoxicações, entre outros, necessitando de ajustes posológicos, orientações e acompanhamento farmacoterapêutico (MASTROIANNI et al., 2011).

Estudos indicam que essa população é a que mais utiliza medicamentos (74,2%) armazenados em domicílio, sugerindo uma atenção maior a esse público, uma vez que apresentam alterações fisiológicas e cognitivas inerentes à idade e geralmente são os mais polimedicados. Possuir medicamentos armazenados em ambientes domiciliares por parte do usuário pode causar sensação de prevenção, principalmente para esse público específico (LIMA et al., 2010).

O estudo abordado por MORAES et al. (2013) traz evidências que o armazenamento de medicamentos nos domicílios é uma realidade mundial, e, que os idosos preferem os guardar os medicamentos onde possam lembrar de tomar a medicação. Além disso, o costume de guardar os medicamentos na cozinha e no banheiro pode contribuir para alterações físico-químicas por exposição a fontes de calor, frio, umidade e luz solar, além dos riscos de contaminação por produtos químicos e de limpeza.

O estudo conduzido por Oliveira (2013) traz uma solução para tornar mais seguro o armazenamento de medicamentos em organizadores. No entanto, as próprias embalagens secundárias, que, em geral, dispõem de mais espaço, apresentam informações irrelevantes para o usuário, como o prazo de validade, em letras pequenas e pouco visíveis, ademais, o recorte da cartela impediria a identificação do medicamento.

Além do prazo de validade, é necessário observar o aspecto do medicamento antes de sua utilização, a fim de evitar o risco de exposição a produtos degradados ou contaminados é o que aponta significativamente a pesquisa de Lima (2013), esta, ressalta que conservar medicamento é mantê-lo em condições satisfatórias para a manutenção de sua estabilidade e integridade durante o período de vida útil (validade), ressaltando que alguns medicamentos possuem vida útil após o início da utilização inferior ao prazo de validade da embalagem principalmente interferida pela luminosidade.

É preciso chamar a atenção para a necessidade de avaliar frequentemente o estoque, a fim de se desfazer dos medicamentos vencidos ou que estiverem inadequados ao uso, que apresentem mudanças na cor ou na consistência do produto, por exemplo (SCHENKEL, FERNÁNDES, MENGUE; 2018).

De acordo com estudos feitos no Brasil e as informações que são disponibilizadas nas bulas, em (94%) delas foram encontradas informações sobre cuidados com o armazenamento do medicamento, exigindo cuidados especiais para o seu consumo e reserva. Em outras, ainda é acrescentado o cuidado de manter o medicamento em sua embalagem original. No entanto, os termos técnicos dificultam o entendimento aos usuários, não fornecendo condições para o usuário entender como a medicação poderá ajudá-lo (VOLPATO et al., 2009).

Silva et al. (2008) também avaliam as bulas dos medicamentos, nelas é mencionado o cuidado da conservação do produto ao abrigo da luz, calor e umidade. Em algumas bulas é especificada a temperatura ambiente de armazenamento, em outras ainda é acrescentado o cuidado de manter o medicamento em sua embalagem original.

Destarte, não foram analisados os efeitos de interações medicamentosas por ingestão dos princípios ativos repetidos que estavam armazenados no mesmo local. Apesar disso, constitui um risco à saúde do usuário, uma vez que os idosos associam o medicamento a cor, se não estiver em sua embalagem original (MOTA, 2012).

CONCLUSÕES

O armazenamento inadequado leva ao comprometimento da qualidade dos medicamentos, pois favorece a degradação dos princípios ativos, diminuindo sua eficácia ou promovendo a formação de outras substâncias tóxicas e que a sua eficiência está diretamente relacionada à forma como o medicamento encontra-se guardado.

Assim, torna-se de suma relevância o conhecimento geral em torno das condições de estocagem e armazenamento de medicações. Sensibilizando a importância de transmitir informações no atendimento ao idoso levantando aspectos relevantes sobre boas práticas de armazenamento de medicamentos.

REFERÊNCIAS

BARROS, José Augusto Cabral. Nuevas tendencias de la medicalización. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro. v. 13, supl. p. 579-587. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232008000700007&lng=en&nr m=iso>. Acesso em: 20 Abr. 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, ANVISA. **Portaria nº 3916 de 30 de outubro de 1998**. Aprova a Política Nacional de Medicamentos, cuja íntegra consta do anexo desta Portaria. D.O.U. - Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília 10 de novembro de 1998.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Programa Farmácia Popular do Brasil: **manual básico**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES TÓXICO-FARMACOLÓGICAS — SINITOX. **Registro de intoxicações**. Dados nacionais. Casos registrados de intoxicação e/ou envenenamento. 2009. Disponível em: http://www.fiocruz.br/sinitox_novo/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=8. Acesso em: 19 abr. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS. **Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos**. Brasília; Ministério da Saúde; jun. 17 p. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de medicamentos**. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 80, de 11 de maio de 2006. Dispõe sobre o fracionamento de Medicamentos em Farmácias e Drogarias. *Diário Oficial*. 12 maio 2006 [citado 2011 jul 1]. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/hotsite/fraciona/rdc_80.htm. Acesso em: 20 maio 2018.

OLIVEIRA, Caroline Ribeiro de Borja. Organizadores e cortadores de comprimidos: riscos e restrições ao uso. **Rev Saúde Pública**; v. 47, n. 1, p.123-7, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v47n1/16.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

CASSIANI, Sílvia Helena De Bortoli. A segurança do paciente e o paradoxo no uso de medicamentos. **Rev. bras. enferm.** Brasília , v. 58, n. 1, p. 95-99, Feb. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672005000100019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2018.

CASTRO, Rosana. Antropologia dos Medicamentos: uma revisão teórico-metodológica. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar.** v.4, n.1, jan-jun, 2012. Dossiê Antropologia & Medicamento. Disponível em: http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/vol4no1_09.ROSANACASTRO.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.

FAGUNDES, Maria José Delgado et al. Análise bioética da propaganda e publicidade de medicamentos. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 12, n. 1, p. 221-229. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14131232007000100025&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 maio 2018.

LASTE, Gabriela et al. Papel do agente comunitário de saúde no controle do estoque domiciliar de medicamentos em comunidades atendidas pela estratégia de saúde da família. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 5, p. 1305-1312, May 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000500024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2018.

LIMA, Geandra Batista; NUNES, Lívio César Cunha and BARROS, José Augusto Cabral de. Uso de medicamentos armazenados em domicílio em uma população atendida pelo Programa Saúde da Família. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2010, vol.15, suppl.3, pp.3517-3522. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000900026>. Acesso em: 18 maio 2018.

LIMA, Geandra Batista; NUNES, Lívio César Cunha; BARROS, José Augusto Cabral de. Uso de medicamentos armazenados em domicílio em uma população atendida pelo Programa Saúde da Família. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 15, supl. 3, p. 3517-3522, Nov. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000900026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abril 2018

MASTROIANNI, Patricia de Carvalho et al. Household storage and use of medications in a population served by the family health strategy in Brazil. **Rev Panam Salud Publica.** Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rpsp/2011.v29n5/358-364/>. Acesso em: 10 maio 2018.

MORAES, C. G. *et al.* Drug use among children between zero and six years old: a population baseline study in the south of Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 12, p. 3585-3593, 2013. Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013001200015&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 17 abr. 2018.

MOTA, Daniel Marques et al . Perfil da mortalidade por intoxicação com medicamentos no Brasil, 1996-2005: retrato de uma década. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 1, p. 61-

70, Jan. 2012 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2018.

OENNING, Diony; OLIVEIRA, Bruna Volpato de; BLATT, Carine Raquel. Conhecimento dos pacientes sobre os medicamentos prescritos após consulta médica e dispensação. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 3277-3283, July 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232011000800027&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2018

OMS. ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. *Promoción del uso racional de medicamentos: componentes centrales. Perspectivas políticas sobre medicamentos de la OMS sobre medicamentos*. Ginebra: OMS; 2002.

PIVETA, Lenita Nunes et al. Armazenamento e descarte de medicamentos por acadêmicos da área da saúde de uma universidade pública paranaense. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v. 36, n. 1, p. 55-66. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminabio/article/view/20511/17306>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SCHENKEL, Eloir Paulo | Carvalho Fernândes, Luciana | Serrate Mengue, Sotero. Como São Armazenados Os Medicamentos Nos Domicílios? **Acta Farm. Bonaerense**. vol. 24, n. 02. Disponível em: http://www.latamjpharm.org/trabajos/24/2/LAJOP_24_2_5_2_D695807SJ6.pdf. Acesso em: 21 abr. 2018.

SILVA, Marcia et al. Estudo da bula de medicamentos: Uma análise da situação. **Revista de Ciências Farmacéuticas Básica e Aplicada**. v. 27, n. 3, p. 229-236, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/69343>>. Acesso em: 20 maio 2018.

SILVA, Tatiane da et al. Bulas de medicamentos e a informação adequada ao paciente. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 184-189, abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102000000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2018.

TEIXEIRA, Jorge Juarez Vieira; LEFEVRE, Fernando. A prescrição medicamentosa sob a ótica do paciente idoso. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 207-213, Apr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102001000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2018.

TOURINHO, Francis S. V. et al. Farmácias domiciliares e sua relação com a automedicação em crianças e adolescentes. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre, v. 84, n. 5, p. 416-422, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572008000600007&lng=en&nrm=iso>. Acessos 20 abril de 2018.

VOLPATO, Luciana Fernandes. Bulas de medicamentos e profissionais de saúde: ajudam ou complicam a compreensão dos usuários? **Rev. Ciênc. Farm. Básica Apl.**, v.30, n.3, p.309-14, 2009. Disponível em http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/Cien_Farm/article/view/623/887. Acesso em: 20 maio 2018.



Organização Mundial de Saúde. .Good Governance for Medicines: Assessment Instrument. **World Health Organization; Geneva.** 2010. Disponível em:
<http://www.who.int/medicines/areas/policy/goodgovernance/GGM2010ProgressReport.pdf>. Acesso em 10 abr. 2018.